

541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 12 de junho de 2025, às 9h43 na Casa dos Conselhos, situada na Av. Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 541ª. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Luiz Otávio de Melo Cavalcante; Maria Betânia Corrêa de Araújo; Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira; Maria Teresa Caminha Duere.** Conselheiros (as) Suplentes: **Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza; Edmilson Cordeiro dos Santos; Henrique Luiz de Lucena Moura.** PAUTA: **01 – Visualização dos temas iniciados na gestão 2022/2024 que migrarão para a gestão 2024/2026; 02 – Validação dos temas a serem trabalhados nos GTs da gestão 2024/2026 (Parte 01).** **Ana Barbosa** deu início à reunião de número 541, desejando bom dia a todos e destacando que a pauta seria simples, focando na visualização dos temas iniciados na gestão 2022-2024 que migrariam para a gestão 2024-2026, além das propostas apresentadas pelo conselheiro Elinildo, que já contavam com contribuições no grupo e seriam trabalhadas pelos Grupos de Trabalho (GTs). Informou que este seria um primeiro momento de discussão, entendendo que não se esgotaria na reunião. A presidência fez um paralelo entre a metodologia de trabalho da gestão anterior e a atual, que seguirá um fluxo semelhante. Explicou que, no ano passado, a dinâmica consistiu no levantamento de informações, organização dos temas nos GTs e posterior monitoramento das atividades, e que esse modelo continuará sendo adotado. Apontou como diretrizes principais: **Levantamento de Temas:** Utilização da lista de propostas elaborada por Elinildo, que recebeu acréscimos dos demais membros. **Atuação dos GTs:** Distribuição dos temas entre os GTs, que já possuem relatores definidos. Informou que as reuniões dos GTs ocorrerão nos dias 16 e 18 de junho, com a finalidade de definir as prioridades de atuação para o semestre. **Fluxo de Trabalho:** O fluxo seguirá o ciclo Plenária GT Plenária, com os GTs responsáveis por analisar as demandas, considerar os registros das gestões anteriores e apresentar propostas priorizadas para validação. **Revisão de Leis e Regimentos:** Destacou que processos como a revisão da Lei Estadual de Tombamento e do Regimento Interno do Conselho, que já contam com propostas da gestão anterior, serão reanalisados pelos GTs para atualização e posterior validação. Encerrando, ressaltou que a ideia é construir uma lista de intenções e prioridades semestrais, que poderá ser



541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

atualizada no final do ano e no início do próximo, garantindo assim um planejamento contínuo. O conselheiro **Elinildo Marinho** ressaltou que o GT de Educação Patrimonial constava nas informações apresentadas, porém destacou que este GT não faz parte da atual gestão. Informou que, na gestão anterior, foi deliberado sobre o Programa de Educação Patrimonial, que não foi discutido nesta gestão. Acrescentou que o decreto referente ao programa foi publicado pela governadora em exercício, sem passar pela apreciação do Conselho. Relatou que, no início da atual gestão, quando Marcelo Renan ainda era gestor, foi informado que ele apresentaria o decreto, o que não ocorreu, e o Conselho não cobrou tal apresentação. Apontou que o nome do Conselho consta no decreto, o que demonstra uma participação formal, porém, sem acompanhamento efetivo das ações. Destacou que o setor de Educação Patrimonial já está executando suas atividades sem que o Conselho acompanhe ou tenha promovido diálogo sobre essas ações. Enfatizou a ausência de um GT específico para o tema e sugeriu que fosse pensado um meio de incorporar essa pauta. Além disso, alertou sobre o risco de falta de candidaturas no próximo edital, que possivelmente sairá em agosto, devido à coincidência com outros eventos, como o São João e o projeto *Pernambuco Meu País*. Ressaltou que, caso o Conselho não faça uma força-tarefa, como percebeu que também não foi feita pela gestão anterior, segmentos específicos poderão ficar sem representação. Em resposta, **Ana Barbosa** esclareceu ao conselheiro que existe um dos GTs que também contempla a pauta da Educação Patrimonial, possivelmente o primeiro GT (Articulação e Comunicação). Explicou que o decreto citado é da gestão anterior e, por isso, não veio para apreciação deste Conselho. Informou que o documento seguiu o fluxo institucional, tendo sido validado, encaminhado para a Secult, seguido para a PGE, até chegar à governadora, sem necessidade de tramitar novamente pelo Conselho, na formação atual. Ressaltou que o que ainda passará pelo Conselho são os instrumentos que não saíram daqui (Casa dos Conselhos), como a lei de tombamento e o regimento interno. Finalizou dizendo que não tem como retroceder o fluxo, e esse é o entendimento que gostaria que o conselheiro compreendesse. Seguindo com a fala, **Ana Barbosa** informou que, como devolutiva da comunicação feita à Usina São José, sobre o pedido de apoio na proteção das Ruínas de Tejucupapo, recebeu resposta do presidente da Usina esclarecendo que as terras não pertencem à Usina São José. Segundo ele, as terras são de propriedade de Ricardo Essinger, ex-presidente da FIEPE. Diante disso, informou que o mesmo ofício enviado à Usina São José será encaminhado a Ricardo Essinger, proprietário da área mais próxima às Ruínas, conforme consta na carta de resposta. Em seguida, comentou sobre a programação da *Semana do Patrimônio*, que ocorrerá em agosto. Informou que, na

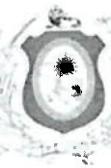
[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

próxima reunião ordinária, marcada para quinta-feira da semana seguinte (19/6/25), haverá a participação de Flávio Barbosa, Gerente de Educação, Fomento e Promoção do Patrimônio da Fundarpe, que apresentará a programação oficial do evento deste ano. Esclareceu que, embora haja uma programação formal do Governo, da Secult e da Fundarpe, existe uma janela de um mês para inclusão de atividades organizadas por qualquer interessado nos territórios, não se restringindo ao poder público. Destacou a importância de que já se comece a pensar nas ações que poderão ser realizadas, como seminários, webinários, palestras, mesas-redondas, exibições de filmes ou outras atividades, para que sejam discutidas com Flávio na próxima reunião e, assim, integradas à programação e à divulgação oficial da Semana do Patrimônio. Ressaltou que, como a programação não é mais impressa e permanece atualizada digitalmente, é possível organizar as atividades com antecedência, evitando deixar para última hora. Por fim, relatou que, em conversa com a conselheira Elizabeth, surgiram sugestões de temas relevantes, especialmente sobre intolerância religiosa e intolerância cultural, que poderiam ser inseridos a programação, seja por meio de filmes, palestras, seminários ou rodas de conversa. A conselheira **Teresa Duere** destacou a crescente preocupação com os casos de intolerância religiosa. Relatou que, na semana anterior, surgiram diversos vídeos no YouTube com ataques e informações falsas contra Dom Hélder Câmara, acusando-o, entre outras coisas, de ser “bispo comunista” e de ter vendido o Parque da Tamarineira. Informou que o Instituto Dom Hélder Câmara solicitou à plataforma a remoção dos vídeos, mas o pedido foi negado. Comunicou que, diante disso, uma comissão foi encaminhada ao Ministério Público para tomar as providências cabíveis. Alertou que, assim como no caso de Pai Ivo, esses ataques possuem motivações diversas, reforçando que o tema da intolerância religiosa deve ser uma pauta permanente de atenção do Conselho. Em seguida, **Elinildo Marinho** comentou sobre a Semana do Patrimônio, informando que, juntamente com o conselheiro Cláudio, elaborou uma proposta de ação, que já foi compartilhada no grupo do GT de Patrimônio Vivo e socializada com os demais membros dos GTs que ele acompanha. Comunicou que a proposta também foi enviada para a conselheira Cristiane, para análise, e que o objetivo é apresentá-la ao pleno do Conselho, caso este julgue pertinente. Ressaltou que, para sua viabilização, será necessário o apoio da Secult e da Fundarpe. Além disso, informou que elaborou outra proposta dentro do GT de Registro de Bens Imateriais, que trata da revisão do processo de registro do São João de Caruaru como patrimônio imaterial. Esclareceu que, embora haja um imaginário coletivo e discursos públicos que reconheçam o São João de Caruaru como patrimônio imaterial de Pernambuco, isso não corresponde à realidade formal, visto



541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

que o reconhecimento foi feito apenas por meio de decreto da ALEPE, que não possui a prerrogativa legal para tal declaração segundo a legislação vigente. Defendeu que fosse realizada uma análise sobre a possibilidade de abertura do processo de registro oficial, seguindo o mesmo modelo adotado no caso da Missa do Vaqueiro, ou que seja emitida uma nota técnica pela Fundarpe, esclarecendo publicamente se o bem está ou não registrado, ou em processo de registro. Informou que a proposta foi bem acolhida, com a sugestão de que o GT responsável fizesse um levantamento de todo o passivo de processos semelhantes originados da ALEPE, para que se realize uma análise mais ampla e criteriosa. **Cristiane Feitosa** relatou que, ao visualizar a proposta compartilhada no grupo, buscou se informar e constatou que o processo do São João de Caruaru está inserido no conjunto de processos originados da ALEPE. Sugeriu que, no âmbito do GT, fosse realizado um levantamento atualizado, semelhante ao que está sendo planejado para os tombamentos, visando identificar o que já foi concluído, o que não foi e, a partir disso, definir prioridades. Destacou a importância de se elaborar uma listagem que inclua não apenas o São João de Caruaru, mas todo o passivo de processos oriundos da ALEPE, bem como aqueles que estão em fase de pesquisa na Fundarpe, considerando que cada solicitação gera a abertura de um processo específico, com demanda de pesquisa. Ressaltou que, com esse levantamento, será possível visualizar o volume total de processos e, eventualmente, identificar outros temas que possam ser considerados prioritários, a partir da análise conjunta. Lembrou ainda que alguns desses processos estão retornando ao Conselho e que há uma recomendação, já debatida e considerada consensual, de que os registros feitos pela ALEPE devem ser revalidados a qualquer tempo, independentemente do prazo de dez anos. Por isso, reforçou que o levantamento desse passivo, tanto para os registros quanto para os tombamentos, é uma ação necessária e estratégica, permitindo ao Conselho ter uma visão mais ampla e organizada dos processos em andamento e das demandas acumuladas. **Cláudio Brandão** destacou uma reportagem exibida no programa Bom Dia Brasil, na qual foi apresentado que o Estado da Paraíba incorporou a tradição do Forró na grade curricular das escolas. Informou que a iniciativa foi reconhecida e apoiada pelo Ministério da Educação, passando a integrar oficialmente o currículo estadual. Sugeriu que o Conselho refletisse sobre a possibilidade de Pernambuco adotar medida semelhante, considerando a riqueza cultural do estado, que possui diversos bens imateriais, além de patrimônios nacionais e um patrimônio mundial. Citou exemplos como maracatus de baque solto e baque virado, caboclinhos, afoxés, agremiações de frevo, ciranda e coco, ressaltando que, apesar dessa diversidade, tais expressões não estão presentes na grade curricular pernambucana. Afirmou que a



541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

experiência da Paraíba é um exemplo exitoso, onde professores trabalham o tema em sala de aula e os alunos desenvolvem atividades práticas, como a formação de quadrilhas juninas e a pesquisa sobre a história do forró. Concluiu que, nesse aspecto, Pernambuco está em desvantagem e que é necessário avançar nessa pauta, buscando valorização e difusão do patrimônio cultural local no ambiente escolar. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) iniciou agradecendo a presença dos participantes em sua instituição, durante a celebração realizada, que reuniu mais de 3 mil pessoas e contou com a presença de seis patrimônios vivos, incluindo **Galo Preto, Mestre Ana Lúcia, Lula Gonzaga, ela própria (Mãe Beth), o presidente da Macuca**, entre outros. Agradeceu também a presença do conselheiro Sidney Rocha que viu de perto toda a grandeza da festa e da presidente Ana Barbosa, cuja participação foi uma grata surpresa para a comunidade. Destacou que, a partir da proposta apresentada por Elinildo na reunião anterior e de uma sugestão de Ana Barbosa, surgiu a ideia de realizar, na Semana do Patrimônio, uma mostra de filmes de cineastas pernambucanos, cujas obras são reconhecidas internacionalmente, com mais de 20 prêmios fora do Brasil. Citou títulos como “O Pneu”, “O Farol”, “Criaturas da Mente”, entre outros, além de cineastas como Camilo Cavalcante, Adelina Pontual, Cláudio Assis, Carla Francine, Nilton Pereira e Eduardo. A proposta seria exibir esses filmes em equipamentos culturais, promovendo debates e formações. Manifestou indignação em relação aos ataques feitos contra a memória de Dom Hélder Câmara, associando esse episódio à crescente intolerância religiosa e cultural, mencionando que, como mulher de terreiro, sente-se diretamente atingida. Ressaltou a importância de o Conselho se posicionar publicamente contra essas violências e alertou que há uma tragédia social e institucional anunciada, diante da omissão dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Por fim, questionou sobre a situação dos patrimônios vivos na programação do São João, uma vez que, segundo ela, observa-se investimentos milionários em artistas e estruturas, enquanto os mestres da cultura recebem apenas R\$ 2 mil mensais, ficando à margem dessas programações. Solicitou que fosse informado qual é a proposta para inserção dos Patrimônios Vivos nos ciclos festivos. **Ana Barbosa** leu a resposta da Usina São José referente ao processo de tombamento das Trincheiras de Tejucupapo. Na resposta, a empresa esclareceu que a área onde se localiza o monumento não pertence às suas terras, destacando que a propriedade mais próxima é o Engenho Carrapicho, localizado a aproximadamente 3 km do monumento, e a segunda mais próxima é a Fazenda Canabrava, a cerca de 7 km. A Usina afirmou seu compromisso com a preservação cultural, mas declarou não ter medidas a adotar, uma vez que o patrimônio não está em seu domínio. Diante dessa resposta, a presidência informou que será

541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

encaminhado um novo ofício, semelhante ao anterior, agora direcionado ao proprietário do Engenho Carrapicho, solicitando a mesma cautela em relação à preservação do patrimônio. Na sequência, foi lida a minuta da nota de pesar pelo falecimento da arqueóloga Niéde Guidon, a qual foi aprovada por unanimidade. Atendendo à solicitação da conselheira Betânia Corrêa, o texto foi ajustado para incluir a expressão “gestora do patrimônio arqueológico e cultural”, em reconhecimento à trajetória e ao legado da homenageada. **Harlan Gadêlha** realizou dois registros. O primeiro foi para destacar a homenagem prestada pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em conjunto com a Universidade Federal de Pernambuco, a Padre Antônio Henrique Pereira Neto, no local onde seu corpo foi encontrado, nas terras da UFPE. A homenagem ocorreu no dia 27 de maio, em memória dos 56 anos de seu bárbaro assassinato. Harlan ressaltou a importância de registrar esse momento na memória do Conselho, especialmente diante do cenário atual, em que se observa no Brasil e no mundo o crescimento das agressões da extrema direita, de forma sistemática e aberta. Destacou ainda que Padre Henrique foi seu professor de religião no Colégio Marista. O segundo registro foi um voto de pesar ao ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica, a quem teve a oportunidade de conhecer em 2018, destacando sua trajetória exemplar na defesa da democracia, dos direitos humanos e dos direitos sociais. **Ana Barbosa** informou que, após a aprovação do voto do relatório da rádio difusora de Pesqueira, foi elaborada a resolução para publicação e fez a leitura da “Resolução do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, que delibera pelo tombamento do prédio da antiga Rádio Difusora de Pesqueira, localizado no município de Pesqueira, como patrimônio cultural do Estado de Pernambuco, em conformidade com a Lei nº 7.970/79, inscrito no Livro 2, referente ao tombamento de edifícios e monumentos isolados”. Ressaltou que a deliberação foi fundamentada no parecer técnico da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e no parecer dos conselheiros relatores Juliana Santa Cruz Souza e José Albérico Bezerra de Almeida, aprovado por unanimidade na reunião ordinária nº 540, realizada em 5 de junho de 2025. A resolução também recomenda à Fundarpe a fiscalização do bem, conforme o art. 25 do Decreto nº 6.239/80, e determina o envio do documento à Secretaria de Cultura para fins de homologação pela Governadora do Estado, mediante decreto, nos termos da legislação vigente. Ana Barbosa concluiu informando que a resolução entra em vigor na data de sua publicação, 5 de junho de 2025, oficializando a decisão da reunião anterior. **Ana Barbosa** informou que o Jornal do Comércio divulgou uma matéria destacando que alguns municípios correm risco de ficar sem recursos da PNAB, devido ao não cumprimento dos prazos e dos

541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

percentuais exigidos para execução. Citou, como exemplo, o município de Olinda, que gastou apenas 2% do recurso, causando surpresa, especialmente por ser um município considerado patrimônio cultural. **Cacau de Paula** ressaltou que a gerência de territórios da secretaria está monitorando a execução da Política Nacional Aldir Blanc pelos municípios. Informou que houve uma mudança na lei, tornando a PNAB uma política de caráter contínuo, o que alterou os prazos inicialmente estabelecidos. Explicou que, apesar da alteração, os municípios precisam cumprir a meta de executar 60% dos recursos. Afirmou que Pernambuco foi o terceiro ou quarto estado do país a atingir essa meta, o que ocorreu desde o início da gestão. Destacou que o estado já está preparado para a segunda fase da PNAB, que foi adiada por questões nacionais, incluindo alterações no orçamento e no processo legislativo. Alertou que é fundamental acelerar essa execução, pois a política será reavaliada em cinco anos, e, sem uma boa execução, será difícil justificar sua continuidade e renovação perante os deputados e senadores. Acrescentou que, embora o novo modelo da PNAB seja mais flexível, a secretaria permanece fiscalizando e acompanhando diariamente os municípios, que já estão em fase de execução, realizando editais e cumprindo suas obrigações. Destacou ainda que Pernambuco alcançou 100% de adesão, sendo um dos únicos estados do Brasil com esse resultado. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) destacou que, durante reunião com a ministra Margareth, foi ressaltada a importância da adesão dos municípios à PNAB, com apenas duas cidades no país não participando por questões políticas. Criticou gestores que se recusam a implementar políticas culturais, tratando a cidade como propriedade pessoal. Relatou dificuldades no diálogo com o superintendente de Cultura de Paulista, que demonstrou resistência à execução da política. Afirmou que o problema não é falta de recursos, mas de gestão e compromisso. Finalizou parabenizando Pernambuco pela adesão total dos municípios, considerando uma vitória para a cultura. **Elinildo Marinho** externou sua inquietação em relação à forma como se valoriza o título de Patrimônio da Humanidade, destacando que, embora seja importante, não deve ser considerado superior aos títulos nacionais, estaduais ou municipais. Afirmou que o reconhecimento brasileiro é o que realmente incide sobre as políticas públicas de preservação. **Luiz Otávio** manifestou preocupação com a situação de Olinda, afirmando que o problema não será resolvido com medidas administrativas simples, pois trata-se de uma crise de gestão e de estrutura interna. Sugeriu que o Conselho encaminhe denúncia ao Ministério Público Estadual, considerando a situação grave de anomia administrativa e paralisação de atividades essenciais no município. **Ana Barbosa** acolheu as sugestões dos conselheiros e encaminhou que os Grupos de Trabalho elaborem propostas para aprovação em

541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

plenária. Lembrou a todos sobre a reunião extraordinária agendada para o dia seguinte, às 9 horas, no Museu do Estado, com visita prévia à exposição em cartaz, seguida dos alinhamentos e debates, conforme convocação enviada por e-mail. **INFORMES.** **Sidney Rocha** registrou que teve a honra de biografar o professor, filósofo e educador Germano Coelho, destacando sua importância no Movimento de Cultura Popular do Recife e na titulação de Olinda como Patrimônio da Humanidade. Ressaltou que os escritos de Germano Coelho ainda são atuais e relevantes para as questões de preservação do patrimônio, tanto nos documentos do MCP quanto no livro Jardins do Deserto, onde estão presentes premissas que contribuem para a melhor conservação do patrimônio. Afirmou que muitas vezes é o passado que ensina mais e reforçou a importância de manter viva a memória do educador para Olinda e para Pernambuco. **Amanda Carneiro** informou que, no dia 17 de junho, ocorrerá uma reunião virtual unificada com os três Conselhos da cultura para apresentação, por parte da Secult, do que já está sendo construído no ciclo 2 do Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAR) da PNAB. Explicou que a reunião será virtual devido às dificuldades logísticas, considerando que há conselheiros de diversas localidades, como Petrolina. Destacou que, após essa apresentação, os Conselhos terão até o dia 25 de junho para enviar suas contribuições. No dia 2 de julho será realizada a validação final, com a sistematização das sugestões recebidas. Por fim, informou que o envio ao Ministério da Cultura (MINC) está previsto para o dia 7 de julho, ressaltando que a sistematização ficará a cargo da Secult. Amanda também informou que o conselheiro suplente Karl Marx, residente em Serra Talhada, está enfrentando problemas de saúde, o que o impossibilitou de concluir as análises que havia iniciado. Relatou que conversou com a mãe dele, que explicou a situação, confirmando que ele está em tratamento e priorizando sua recuperação. Informou ainda que, após contato de Ana, conseguiu intermediar uma comunicação entre Karl Marx e Flávio, da Gerência de Patrimônio. Mesmo com limitações, Karl Marx se comprometeu a finalizar o trabalho, contando com o auxílio de uma pessoa para ajudá-lo no processo. Amanda esclareceu que, caso ele não pudesse cumprir, a situação seria levada ao Conselho para dividir a tarefa entre os membros, de forma a não prejudicar o andamento do trabalho. Ressaltou que, por enquanto, a situação foi solucionada, mas, se surgirem novos problemas, serão tratados diretamente no grupo antes da próxima reunião. **Ana Barbosa** reforçou que, como prática adotada nos anos anteriores, após o ciclo do Prêmio Ayrton, é realizada uma devolutiva no Conselho, com relatos de experiências, dificuldades, opiniões e sugestões de melhorias para os ciclos seguintes. Esclareceu que, apesar do compromisso do Conselho com o edital, a condução do Prêmio não é responsabilidade direta do colegiado,



541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

sendo coordenado pela Fundarpe, com atuação de Flávio. Informou que, na vinda de Flávio no dia 19, além do tema Patrimônio Vivo, poderá ser incluída a análise sobre o Prêmio Ayrton, salvo se houver priorização da pauta da PNAB, caso em que se poderá agendar uma reunião extraordinária para tratar desses temas. Sobre o conselheiro Karl Marx, esclareceu que até então ninguém tinha conhecimento da situação. Relatou que, na tarde anterior, recebeu uma ligação da DPPC questionando se havia informações sobre ele, já que não estava dando retorno. Informou que, na manhã do dia da reunião, recebeu uma mensagem de Flávio, com um print de conversa em que o conselheiro Karl Marx informou que teve dificuldades, mas que concluiria a tarefa no mesmo dia, pedindo desculpas pelos transtornos. Destacou que, na mensagem, ele não mencionou nenhuma questão de saúde, apenas as dificuldades, e que não se sabe os motivos pelos quais não compartilhou sua situação anteriormente. Acrescentou que, segundo Flávio, desde o dia 1º de junho não havia retorno dele. **Sidney Rocha** destacou que, inspirado pela Escola dos Annales, que defendia uma abordagem histórica mais global e interdisciplinar, trouxe uma reflexão sobre a importância dos registros nas atas do Conselho. Questionou se a fala do conselheiro Elinildo, que manifestou desconforto quanto à falta de representatividade racial e simbólica no Conselho, havia sido devidamente registrada, uma vez que não localizou essa menção nas atas recentes. Esclareceu que sua intenção não era gerar polêmica, mas sim assegurar que tais registros fossem feitos. Após sua solicitação, foi informado que a fala do Conselheiro Elinildo está devidamente registrada na Ata 539, do dia 29 de maio de 2025, nas páginas 2 e 3, onde consta sua crítica à falta de representatividade racial e simbólica na estrutura física e institucional do Conselho, além de afirmar que se sentia representado não pelos símbolos, mas pela atuação direta junto aos territórios e aos patrimônios vivos, especialmente quanto homem preto e LGBT. **Elinildo Marinho** informou que, entre os dias 16 e 18 de junho, estará em Brasília para tomar posse como conselheiro nacional dos Pontos de Memória do Ibram. Destacou que buscará articular junto ao Ibram e ao Conselho Nacional de Pontos de Memória, com o objetivo de fortalecer essas pautas, ressaltando que vários patrimônios vivos já são pontos de memória, e que pretende trabalhar para que aqueles que ainda não são possam ser integrados, buscando caminhar de forma conjunta com esse Conselho. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Ana de Fátima Braga Barbosa** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda Oliveira Carneiro
Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

9

541ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Ana de Fátima Braga Barbosa (Presidente)

Maria Teresa Caminha Duere (vice-presidente)

Augusto Ferrer de Castro Melo

Cláudio Brandão de Oliveira

Elinildo Marinho de Lima

Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Harlan de Albuquerque Gadêla Filho

Luiz Otávio de Melo Cayalcante

Maria Betânia Corrêa de Araújo

Maria Cláudia Dubeux de Paula-Figueiredo Batista

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira

Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

Edmilson Cordeiro dos Santos

Henrique Luiz de Lucena Moura